

MUDANÇAS: MUITOS QUEREM, MUITOS TEMEM. MAS ADMITEM QUE ELAS SÃO NECESSÁRIAS

Pelo jornalista Aloísio Brandão, editor desta revista, com a colaboração de Fabiana Simonne, estagiária de Jornalismo

Desejo de mudanças e perplexidade diante das próprias mudanças. Esse foi o clima que predominou na “II Conferência Nacional de Educação Farmacêutica”, realizada pelo Conselho Federal de Farmácia, em Brasília, de oito a 11 de outubro de 2001, para, mais uma vez, discutir o ensino farmacêutico, no Brasil. O evento teve como tema central a “Avaliação Institucional e Capacitação Profissional”, dois pontos de abordagem que vão definir a nova Farmácia que deverá ser gestada nas universidades brasileiras, daqui para frente. A Conferência trouxe a Brasília especialistas em educação farmacêutica, representantes dos ministérios da Educação e da Saúde, professores, diretores de curso e departamentos de Farmácia, acadêmicos, além de diretores do CFF.

Nos quatro dias de realização, a “II Conferência” mostrou porquê mudar o ensino de Farmácia é um tema tão polêmico e atraente, mas, ao mesmo tempo, necessário. Difícilmente, houve alguém que tenha ficado indiferente às calorosas discussões que tomaram os dias e, muitas vezes, entravam pelas noites do evento.

Uma verdade ficou patenteada, em meio às discussões: os cursos de Farmácia têm pontos frágeis que necessitam de uma urgente correção. Os problemas são os seguintes:

1 – A formação docente carece



Professores, estudantes, especialistas em ensino farmacêutico, representantes do MEC e do CFF: desejo de mudança e perplexidade

de metodologias de ensino adequadas à realidade sócio-econômicas;

2 – Acomodação nos aspectos técnico-científicos referentes à informática e à comunicação, na sala de aula e fora.

3 – Desatualização dos processos político-pedagógicos em relação à avaliação do docente, do aluno e da instituição de ensino.

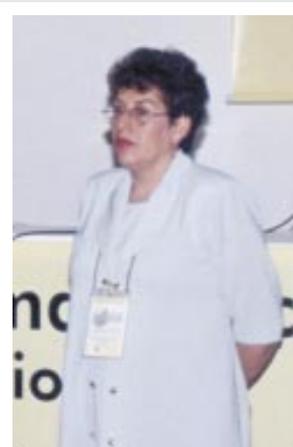
Além desses aspectos, o ensino apresentou vulnerabilidade em outros aspectos que continuam sendo discutidos pela Comissão de Ensino do CFF, os quais serão debatidos em outras oportunidades.

O documento final produzido pela Plenária da Conferência apon-

tou respostas aos problemas. Ao item 1, a alternativa foi encontrada, durante o próprio evento, com a realização dos cursos “Metodologia de ensino para professores da

área de saúde”, ministrado pela farmacêutica boliviana Zuly Moreno de Landívar, presidente da Ofil (Organização Farmacêutica Ibero-latino-americana), e “Formação docente para atenção farmacêutica”, ministrado pela secretária do Fórum Farmacêutico das Américas, Micheline Marie Meiners, de Brasília. O Fórum é

um órgão da Opas (Organização Pan-americana de Saúde)/OMS, com sede em Washington (EUA).



Zuly Moreno ministrou curso “Metodologia de ensino para professores”

Micheline foi empossada como secretária, recentemente.

Quanto ao problema verificado no item 2, a Conferência sugeriu a adoção de novos caminhos, pavimentados pela aplicação urgente da informática, na sala de aula. Mas, aí, estabeleceu-se uma enorme polêmica entre professores, à medida em que muitos expuseram o despreparo da classe para lidar



Louise Jeanty de Seixas: "Informática é imprescindível no ensino farmacêutico"

com essa ferramenta. O assunto foi abordado na palestra "A aplicação da informática na educação farmacêutica", feita pela professora Louise Jeanty de Seixas, da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Louise demonstrou como é proveitoso e prático usar a internet no ensino e salientou que o papel do professor deve ser de orientador, antepondo-se à realidade da tradicional figura do "mestre", dominador e inflexível. A informática, segundo Louise Jeanty, está, aí, também, para contribuir com a criação desse novo paradigma.

Outro ponto alto relacionado ao item 2 foi a gestão de qualidade, abordada pela diretora técnica de saúde da Divisão de Farmácia do Hospital da Universidade de São Paulo, Sônia Lucena Cipriano. Falando das atuais referências de qua-

lidade, na área da saúde, Sônia Lucena recomendou a incorporação de novos valores e atitudes pelas instituições de ensino, com o objetivo de que satisfaçam as necessidades e estabeleçam novos elementos nos processos organizacionais. Isso, em qualquer área. Ela apelou aos coordenadores de cursos para que envolvam, ao máximo, os recursos humanos disponíveis em favor da gestão de qualidade.

O exemplo de Espanha - Ainda dentro do item 2 (inovações), o espanhol Fernando Martinez Martinez, farmacêutico e professor da Universidade de Granada, na Espanha, falou da experiência vivida pelo seu País, há cerca de cinco anos, relacionada à transição para um novo ensino farmacêutico. Lembrou que, lá, também os professores manifestaram despreparo para enfrentar as mudanças e as novas realidades.

A Espanha experimentou uma realidade, sob certos pontos de vista, parecida com a que o Brasil vive, agora. Os espanhóis, inclusive, implantaram a formação em farmacêutico generalista, também defendida em proposta brasileira, durante o "Fórum Nacional de Avaliação das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Farmácia", realizado pelo Conselho Federal de Farmácia, de 29 a 31 de agosto de



Sônia Lucena Cipriano pediu que recursos humanos estejam a serviço da gestão de qualidade

2001, em Brasília. A proposta encontra-se no Conselho Nacional de Educação para ser votada. A previsão é de que isso ocorra, até o dia seis de novembro. O relator da proposta é o professor Éfrem Maranhão.

A formação em generalista, na Espanha, é seguida de uma especialização em um segmento farmacêutico determinado. A experiência daquele País

interessou aos presentes à "II Conferência". A Espanha possui apenas 12 cursos de Farmácia com cerca de 4 mil alunos por curso. A carga horária, na Espanha, é maior que a brasileira. Um crédito, lá, corresponde a 60 horas/aula, enquanto, no Brasil, corresponde a 15 horas/aula, ou seja, a apenas ¼.

O professor Martinez prendeu atenção dos professores e alunos, principalmente quando falou sobre como os espanhóis enfrentaram, com sucesso, o processo de transição que levou a um novo ensino. A transição teve três momentos cruciais. O primeiro foi marcado pela resistência às mudanças; o segundo identificou-se pelo conflito estabelecido entre os partidários das transformações e os contrários a elas, o que, aliás, acabou por gerar dúvidas. O terceiro momento foi o da aceitação das mudanças.

O Brasil, segundo a presidente da Comissão de Ensino do CFF,



Fernando Martinez trouxe a experiência que os espanhóis viveram na transição para um novo ensino farmacêutico

Magali Demoner, está na fase da perplexidade, que se situa entre a resistência e o conflito. A aceitação, na Espanha, salientou Fernando Martinez, veio com a conscientização de que a formação generalista traria incalculáveis benefícios à categoria farmacêutica. Ter um conhecimento sobre todas as áreas de atividade, com mais profundidade na área de especialização, repercutiu positivamente e fez o farmacêutico ser reconhecido pela sociedade espanhola como um profissional altamente qualificado, competente, merecedor da total confiança popular, explicou Martinez.

Essa nova imagem do farmacêutico vem ao encontro de uma tendência internacional, de aumento do número de medicamentos que não dependem de prescrição médica. Caberá ao farmacêutico comandar a prescrição desses medicamentos (prescrição farmacêutica), cercado-se, para isso, de notório saber acerca da área de farmácia clínica. Mais: dentro dessa nova ordem, o farmacêutico irá atuar tam-



Comissão de Ensino do CFF: farmacêuticos Nilsen Carvalho, Zilamar Fernandes, Magali Demoner Bermond (presidente), Carlos Cecy e José Aleixo Prates

bém, preventivamente, segundo explicação de Martinez.

Organização – A “II Conferência Nacional de Educação Farmacêutica” foi organizada pela Comissão de Ensino do Conselho Federal de Farmácia, integrada pelos farmacêuticos Magali Demoner Bermond (presidente), do Espírito Santo; Artêmio Barbosa Corrêa, do Amazonas; Carlos Cecy, do Paraná; José Aleixo Prates, do Rio Grande do Norte; Nilsen Carvalho Fernandes de Oliveira Filho, da Paraíba, e Zilamar Costa Fernandes, do

Rio Grande do Sul. São todos professores de Farmácia, nos seus Estados..

Esta matéria continua na próxima edição de PHARMACIA BRASILEIRA, com várias entrevistas, discussões e o restante das propostas às mudanças no ensino de Farmácia

ENTREVISTA / MAGALI DEMONER BERMOND

“Sem mudanças, qualidade será empobrecida”

O que acontecerá, se o Conselho Nacional de Educação aprovar a proposta que institui a formação em farmacêutico generalista? Como será a adaptação das instituições de ensino a essa nova realidade? Quem explica é a presidente da Comissão de Ensino do Con-

selho Federal de Farmácia, Magali Demoner Bermond. Conselheira federal de Farmácia pelo Espírito Santo e professora do curso de Farmácia da Universidade Estadual daquele Estado, Magali faz uma avaliação positiva da “II Conferência Nacional de Educação Farmacêutica”, organizada pela Comissão que preside, explica que o CFF assumiu a responsabilidade de liderar o movimento de reforma do ensino de Farmácia e alerta: apesar de árduas e difíceis, as mudanças terão que ser implementadas, sob pena de se arruinar a qualidade dos serviços do futuro farmacêutico, sufocando os seus conhecimentos. Não implementá-las, portanto, seria uma perda, justamente no momento histórico em que o tempo presente clama por mudanças. **Veja a entrevista.**

PHARMACIA BRASILEIRA – Que propostas e deliberações ficaram da “II Conferência Nacional de Educação Farmacêutica”?

Magali Demoner Bermond – A Comissão Organizadora observa que a “II Conferência” (II Conef) foi de excelente qualidade e atingiu plenamente os objetivos do seu tema central, que foi a “Avaliação institucional e capacitação profissional”. Um dos pontos altos desta Conferência foi o diagnóstico dos cursos de Farmácia, no Brasil.

Todos os que participaram, e que vão receber este documento, irão observar que, mesmo com o trabalho qualitativo e de estatística, dados importantíssimos revelam a situação dos cursos de Farmácia e em que precisam melhorar.

Ressalto que a apresentação dos conferencistas e dos expositores de mesa redonda foi de nível muito elevado e deu uma contribuição considerável aos professores e alunos que participaram do evento. Várias propostas foram aprovadas. As mais relevantes são: a realização semestral do exame nacional do curso, que deverá ser feito, nos meses de junho e dezembro, tendo em vista que os períodos de aula encerram-se, no meio e no final do ano; a introdução da Homeopatia, no exame nacional de curso; a contemplação das questões de Farmácia, comum a todas as áreas do conhecimento, dando mais opções para que os alunos possam escolher as que eles preferem; o tempo de permanência dos



Magali Demoner Bermond

avaliadores nas instituições deverá ser suficiente, para uma análise detalhada, e não apenas como visita; o coordenador do curso de Farmácia deverá ser obrigatoriamente um farmacêutico; antes de abrir novos cursos de Farmácia, o Conselho Estadual de Saúde, juntamente com o Conselho Nacional de Saúde e o MEC, darão um parecer, considerando as necessidades sociais, as demandas local e regional, além de desenvolver estratégias e mecanismos, no sentido de impedir a abertura indiscriminada de novos cursos, evitando a formação inadequada de novos farmacêuticos.

PHARMACIA BRASILEIRA – Como as instituições de ensino vão implementar a formação em farmacêutico generalista?

Magali Demoner Bermond – As instituições, hoje, têm que fazer um redimensionamento das disciplinas e tentar implantar uma estrutura modular, nos cursos de Far-

mácia, e trabalhar muito com a interdisciplinaridade. A implantação do generalista não se faz, da noite para o dia. Será necessário um período de adaptação, como ocorre com a criação de toda nova norma. Quem está no sistema sofrerá, paulatinamente, uma adaptação. O Conselho Federal de Farmácia, através da Comissão de Ensino, começará a trabalhar, com vistas a buscar respostas a essas questões, assim que as diretrizes curriculares forem aprovadas pelo Ministério da Educação.

Os Conselhos Regionais e as instituições de ensino de cada Estado deverão trabalhar, no sentido de discutir e promover esta mudança e esta adaptação. Tem que ser uma discussão com todas as instituições, e o CFF terá que tomar a frente desse processo, pois o MEC não fará isso. O CFF é quem está investindo no ensino e quer um profissional atuante e competente. Promoveu diversos eventos, como o “Fórum Nacional de Avaliação das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Farmácia”, que aprovou as diretrizes curriculares, e a “II Conef”.

Assim que o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovar as diretrizes e a proposta de formação generalista, provavelmente, no dia seis de novembro de 2001, a segunda etapa será a discussão e a maneira de como vamos fazer essa adaptação. Acredito que é um trabalho árduo, difícil, mas que terá que ser feito. O ensino de Farmácia necessita dessa mudança, para garantir a qualidade do generalista.

Contatos com professora Magali Bermond podem ser feitos pelo e-mail <bermond.vix@zaz.com.br>